



**PROJETO DE LEI Nº 6852, de 2006**  
**(Do Poder Executivo)**

Altera as Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, e dá outras providências.

**EMENDA MODIFICATIVA**

Dê-se ao § 8º do artigo 11, da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, acrescido pelo **Artigo 2º** do Projeto de Lei nº 6852, de 2006, a seguinte redação:

“Art. 2º A Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 11.....

§ 8º.....

I - a outorga, por meio de contrato escrito de parceria, meação, arrendamento ou comodato, de até cinquenta por cento de imóvel rural cuja área total não seja superior a quatro módulos fiscais, desde que o outorgante continue a exercer a respectiva atividade, individualmente ou em regime de economia familiar;

II - a exploração da atividade turística da propriedade rural, inclusive com hospedagem;

III - o exercício de cargo eletivo de direção de entidade representativa da categoria;

IV - .....

V - .....

**JUSTIFICATIVA**

Ao definir as condições em que o agricultor familiar não perde a condição de segurado especial pelo exercício de outras atividades econômicas, ou por receber outros benefícios previstos em lei, a proposta constitui um avanço em relação à legislação atualmente vigente.

No entanto, faz algumas exigências contraditórias e anti-jurídicas que merecem ser suprimidas, adequando-se a proposta aos próprios projetos e programas governamentais de incentivos à agricultura familiar.



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Assim, propõe-se suprimir do inciso I a dualidade de limites para o arrendamento rural, passando a constar um único limite de 50% (cinquenta por cento). Também, não faz sentido a distinção entre arrendamento para parentes ou para terceiros, sendo muito mais comum a no primeiro caso o contrato de parceria, com a meação, terça ou outra forma de participação na produção. O contrato de arrendamento é um instrumento normalmente utilizado com terceiro.

Por outro lado, o projeto impõe uma condição ao segurado especial impossível de ser cumprida, ou seja, a de que o arrendante também permaneça na atividade rural. Ora, trata-se obrigação pessoal que não pode ser imputada ao arrendador. Neste sentido somente faz sentido a condição imposta diretamente ao segurado especial, de que este permaneça na atividade.

Propõe-se também suprimir a limitação do tempo em que o agricultor familiar poderá explorar os potenciais turísticos da propriedade. A proposta de limitação é, inclusive, contraditória com o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, que prevê linha especial de financiamento para o desenvolvimento do turismo rural. A limitação proposta, na verdade, inviabiliza a atividade econômica complementar.

No inciso III, propõe-se a supressão da expressão “não remunerado”, uma vez que no artigo seguinte admite-se que não perde a condição de segurado especial aquele que receber qualquer retribuição pecuniária pelo exercício de cargo de dirigente sindical.

Sala das Sessões, em 11 de abril de 2006.

Henrique Fonteles PT

**ADÃO PRETTO**  
**DEPUTADO FEDERAL**

Luiz Claudio PSB